



## Reflexões sobre uma experiência de ombudsman no *Jornal da Manhã* (PR)

Sérgio Luiz Gadini<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

**Resumo:** O texto descreve a experiência da criação e manutenção da coluna de ombudsman no *Jornal da Manhã (JM)*, de Ponta Grossa/PR, a partir do surgimento da proposta, até a extinção do espaço de crítica institucional pelo próprio diário. O relato e descrição do exercício da crítica dialoga com os desafios da implantação, a proposta de manutenção e dificuldades no fazer cotidiano da análise jornalística. A coluna de ombudsman no JM circulou a partir de 02/09/2007, com uma reforma gráfico-editorial, contando com a participação de quatro jornalistas que fizeram a crítica diária, até a extinção da coluna em 30/03/2011. O texto recupera a experiência de crítica, no período em que o JM manteve o espaço analítico (com blog para atualização diária e uma página na edição dominical), destacando características, limites e desafios da análise jornalística, durante o período do primeiro mandato de ombudsman no JM, que compreende os 12 meses iniciais da experiência de crítica (setembro/2007 a agosto/2008).

**Palavras-chave:** Ombudsman; Jornalismo; Crítica de mídia; *Jornal da Manhã*.

*“Em vez de oferecer sua opinião, um grande crítico permite que os outros formem suas próprias opiniões com base na análise crítica do que ele produz. Além disso, essa definição da figura do crítico não deve ser um assunto particular, mas, na medida do possível, um assunto objetivo e estratégico. O que devemos saber sobre um crítico são os valores que ele defende. Ele deve nos dar essa informação”*  
(Walter Benjamin, 1999. Apud EAGLETON e BEAUMONT, 2010; p.12)

---

<sup>1</sup> Jornalista, dr em Comunicação, pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), junto ao curso de graduação e Mestrado em Jornalismo. E-mail: [slgadini@uepg.br](mailto:slgadini@uepg.br)

## **1. Breve história ou variadas funções de uma crítica**

O que se entende hoje por crítica cultural já passou por diversos estágios e processos de adaptação da história social. Em termos genéricos, aceita-se que o surgimento da crítica cultural está associado ao exercício da expressão humana, como sujeito, capaz de reivindicar a própria escolha e construção dos destinos da vida terrena.

Uma primeira pista para discutir o assunto remete à possível origem da crítica. Ao explicar uma das origens históricas, Michel Foucault (1978, p.4) considera que uma primeira definição da crítica poderia ser entendida pela caracterização da “arte de não ser governado de uma determinada maneira”. Mas, toda crítica também “existe apenas em relação a outra coisa que não ela mesma”, diz o filósofo francês. O passeio histórico, obviamente, refere-se a um tempo de passagem, a modernidade, em que as pessoas passam a questionar um modo hegemônico de governar, a partir de ‘orientações’ divinas, sustentadas por uma instituição religiosa.

Em outros termos, a reinvenção moderna do sujeito institui, simultaneamente, uma postura e uma análise ‘crítica’, que passa aos variados espaços e práticas sociais, seja a política, religião, cultura e mesmo as relações econômicas. O exercício do pensar e da expressão assumem, assim, uma postura crítica em relação ao poder de autoridade e aos modos vigentes de organizar a sociedade e, pois, também de crenças coletivas. Esta reflexão poderia resultar em um passeio por pensadores da modernidade, passando por Descartes e Kant (século XVIII), que conceituam razão crítica e prática. Mas o ‘passeio’ precisa ficar para outro momento!

Uma segunda pista de leitura para entender a função da crítica – e, aqui, se trata de escolha conceitual e metodológica para explicar o tema – diz respeito ao surgimento de um periódico lançado na capital inglesa do século XVIII: *The Spectator*, em 1º de março de 1711, conhecido como o segundo diário de Londres, que dura 21 meses, mas faz história pelo perfil e postura assumidamente crítica dos textos publicados. Joseph Addison e Richard Steele são os editores do periódico, que assume “as funções de mobilizador diário de opinião e de propagador de idéias”, explica Pallares-Burke (1995; p.17).

É graças ao papel desempenhado pelo *Spectator* que a história da vida social britânica considera o jornalismo como um meio fundamental de se entender a época, comportamento e a própria organização da sociedade em que circulam tais meios. A imprensa do século XVIII registra “a presença marcante do jornalismo cultural”, que possibilita compreender o ‘século das luzes’, avalia Maria Lúcia Pallares-Burke (1995, p.13). E isso em um momento em que “o livro e o periódico não eram considerados objetos culturais completamente diferentes” (PALLARES-BURKE, 1995; p.14), dadas as limitações editoriais e mesmo o alcance de circulação e influência.

E o que fazia *The Spectator* para chamar os ‘olhares’, interesses e ficar com tanta referência na história da mídia cultural do mundo ocidental? “De estilo leve, bem-humorado, direto e pessoal, tudo cabe no seu variado discurso cultural: as ciências, as letras, os costumes, as ‘bagatelas’ domésticas e amorosas’, etc”, explica Pallares-Burke (1995; p.17).

E o que isso tem a ver com a crítica cultural? É a autora que explica: “a criação desse novo tipo de jornalismo cultural, produção híbrida e alheia a especializações, marca o momento em que o público se descobre como ativo participante da cultura”, diz Pallares-Burke (1995; p.17). O simples indicador para a época não é coisa pouca: em cerca de 15 dias logo após o lançamento, *The Spectator* circula com 3 mil exemplares, um registro inédito e, no mínimo, impactante para o cenário urbano da Londres do início do século XVIII.

Na avaliação da historiadora, *The Spectator* é considerado “um jornal preponderantemente moral e literário” com expressão textual híbrida, registrando

um misto de crítica de costumes e de crítica e divulgação cultural, envolve ativamente o público leitor no seu trabalho, contemplando em suas páginas, além de idéias filosóficas, científicas, literárias e morais de pensadores mais seletos, idéias de um grupo muito maior de pessoas comuns (PALLARES-BURKE, 1995; p.21).

Lógico que *The Spectator* não possui espaço próprio para autocrítica editorial, mas seguramente lança reconhecidas bases para o que, hoje, se entende como crítica de produção cultural, seja em literatura, música, teatro, cinema e, claro, também de produtos e serviços de mídia, incluindo jornalísticos.

E, para fechar a indicação de três pistas iniciais ao entendimento da função da crítica, vale trazer ao debate quem conhece e pesquisa o assunto com reconhecimento para além da brasilidade: Terry Eagleton, que registra mais de quatro décadas como historiador e crítico literário. Matthew Beaumont apresenta, em coautoria com o próprio Eagleton, uma coletânea de ensaios e entrevistas sobre “a tarefa do crítico” (2010).

Toda crítica é em algum sentido política, tanto porque ela é moldada pelas condições ideológicas nas quais suas várias correntes emergem, quanto porque, não importa o quão escrupulosamente se postura apolítica, ela desempenha um papel estratégico na disseminação e na interpretação da cultura que possui implicações políticas inevitáveis (EAGLETON e BEAUMONT, 2010; p. 15).

Como se pode conferir, as bases da crítica cultural contemporânea consideram as sucessivas transformações e surgimento nos produtos de cada época. Se a origem da crítica pode ser associada ao teatro grego, onde o exercício da filosofia na praça dava um tom constante de análise e questionamento aos comportamentos humanos, é o surgimento da escrita que também projeta uma análise da produção literária, da música como arte, e daí em diante, imprensa pós-gutenberg, passando pelo cinema (1895), rádio (1922), televisão (1945, e cinco depois no Brasil), internet comercial (pós 1994, por aqui), dentre outras expressões do que se caracteriza como análise crítica.

## **2. Em busca de (auto)crítica jornalística**

Pressionado pelo espaço-tempo, que precisa divulgar informações atuais, o jornalismo vive um dilema cotidiano com o registro de erros, problemas de apuração, revisão apressada, além de ser frequentemente contestado por fontes noticiosas, que nem sempre concordam com a versão publicada na edição em TV, rádio, impresso e internet. A constatação é simples, pois uma apuração jornalística dificilmente acaba com a publicação da matéria. “Em algum momento o jornalista para e escreve, mas, se tivesse mais tempo, o resultado com certeza melhoraria com uma recheagem dos dados”, diz Vera Brandimarte (2007, p.6) ao apresentar o livro de Matías Molina (*Os melhores jornais do mundo*).

Tais limitações ou variáveis que atravessam a produção editorial colocam um desafio constante ao jornalismo que vai além da crítica externa: uma autocrítica pode(ria)

assegurar transparência, respeito e credibilidade ao produto, serviço ou programa jornalístico. É partir desta análise que, em meados do século XX, jornais norte-americanos e europeus passam a adaptar a figura de ouvidor – até então frequente em empresas de gestão pública, que recebiam reclamações de usuários e contribuintes – ao ‘crítico’, representante de leitor no próprio quadro editorial ou mesmo ombudsman. O nome não é único, pois registra variações (de ouvidor, defensor do leitor, provedor ou ombudsman), mas assume o papel de analista cotidiano do respectivo produto ou serviço periodístico, mantido pela própria empresa mantenedora do veículo.

A necessidade de uma autocrítica sobre o resultado do processo de apuração e publicação jornalística fica longe de qualquer centralidade com preocupação marqueteira ou estratégia de visibilidade, pois implica reconhecer que o fazer jornalístico é, de fato, complexo, permeado por dúvidas, questionamentos públicos e frequentemente contestado. Tal constatação, entretanto, não assegura que profissionalmente os jornalistas assumam a humildade como marca dos hábitos editoriais. Criar e manter um espaço de autocrítica passa a ser, assim, uma espécie de ‘marca’ de qualidade e também respeito ao leitor, ouvinte, telespectador ou internauta.

Na avaliação de Matías Molina (2007; p. 12), com base em indicadores que consideram o prestígio dos veículos no mundo, uma “característica de um jornal de qualidade é a sua preocupação com a comunidade a qual se dirige. Um bom diário tem de servir de consciência, de guardião e de guia dessa comunidade”, afirma. Outra marca diz respeito à autocrítica, embora nem todos periódicos tenham por hábito e prática de análise que aponte os erros e limites editoriais como padrão de qualidade. “O melhor teste de um jornal é como escreve sobre ele mesmo”, diz Molina (2007; p.15), ao lembrar diálogos em torno da avaliação de diários europeus.

Depois de algumas décadas em atividades em jornais de diversos países do mundo, um primeiro diário brasileiro lança a figura de ombudsman, responsável para fazer a crítica cotidiana do jornal. Nos EUA, de acordo com Michael Schudson (2017; p.13), é a partir dos anos 1960 que a crítica de mídia se consolida. “A crítica de mídia foi um elemento importante na revolução cultural da década de 1960”, diz.

No Brasil a experiência dos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, lançados pelo *Jornal do Brasil* em maio de 1965, anda na esteira das reformas editoriais de 1956, re-

presentam um marco no que Alzira Alves de Abreu (2017; p.20) chama de “aprimoramento técnico dos jornalistas”. A proposta dos *Cadernos*, vale lembrar, passa por Alberto Dines, que planejou a iniciativa após um giro de três meses na Columbia University (Nova York) em 1964. “Este não é o jornal do jornal. Apenas um tímido ensaio de um jornal para jornalistas”, escreve Dines na apresentação dos *Cadernos do JB* (ABREU, 2017; p.22).

É, entretanto, com a criação de espaço específico para análise regular e sistemática da produção que a crítica de mídia ganha formato no jornalismo brasileiro. A experiência inicial é da *Folha de S. Paulo*, em março de 1989. Poucos anos depois, outros diários tomam a iniciativa, como *O Povo* (de Fortaleza, em 1994), o *Diário do Povo*, em Campinas (SP) em 1994, *Correio da Paraíba* (João Pessoa, em 1995), *A Notícia* (SC) em 1995, *Jornal da Manhã*, no interior do Paraná, em 2007, dentre outros produtos segmentados, como jornais laboratoriais de cursos de Jornalismo, a TV Cultura (SP) e alguns portais informativos na internet.

### **3. Ombudsman no *Jornal da Manhã***

O surgimento do ombudsman no *Jornal da Manhã*, por sua vez, também se pauta no conceito de jornalismo público, que orientou a reformulação editorial do JM, o que incluía espaço para autocrítica, no formato de coluna na versão impressa e blog no portal diário. Foram estas orientações conceituais que, segundo apurado nesta reflexão, nortearam a formulação e as principais referências e eixos para a análise da crítica da coluna ombudsman do *Jornal da Manhã*, em Ponta Grossa, Paraná, quando do seu lançamento, em 2 de setembro de 2007.

Editado em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais do Paraná, o *Jornal da Manhã* foi criado em 1954 e, desde então, tem circulação ininterrupta. O JM manteve, até 01/09/2007, um formato standard com impressão preto/branco e, ao longo de muitos anos, era considerado a principal referência no mercado de anúncios em classificados imobiliários, principalmente na edição de domingo.

Por ocasião do relançamento do projeto editorial do JM pelo grupo Tribuna do Norte (responsável pela *Tribuna do Norte*, em Apucarana, norte do Paraná), a cidade de Ponta Grossa conta com outros dois diários em circulação, o *Diário da Manhã* e *Diário*

*dos Campos*. E dos três jornais, apenas o *Diário dos Campos* mantinha, até então, espaço para cartas e manifestações de leitores, criado em 15/09/1999, quando o jornal também passa por reforma gráfica e editorial.

A análise e crítica do jornal, publicada todo domingo na coluna de ombudsman do JM circula, a partir de 02/09/2007, sob responsabilidade dos jornalistas Sérgio Gadini (02/09/2007 a 31/08/2008), Elaine Javorski (01/09/2008 a 31/08/2009), Alessandra Bucholdz (01/09/2009 a 31/08/2010) e Vanessa Zappia (01/09/2010), que exerce a função de crítica até a extinção da coluna pela direção do jornal em março de 2011. A análise da produção diária sai na edição impressa dominical, integra edição digital disponível e o ombudsman conta ainda com um ‘blog’ digital junto ao portal, que na maioria das vezes veicula apenas o texto semanal, além de alguns eventuais comentários que não entram na edição de domingo por falta de espaço ou atualização.

O diretor do *Jornal*, Eloir Rodrigues, explica o projeto do JM, em entrevista exclusiva ao trabalho de conclusão de curso de Daniela Borcezi (2008, p.105): “decidimos trabalhar a nossa linha editorial pelo jornalismo público, consistindo nos interesses que estão voltados para os cidadãos e um compromisso maior com a cidade e região”, diz Rodrigues, jornalista com formação de mestre junto à Universidade Nova de Lisboa, onde conheceu as bases de projetos editoriais voltados ao jornalismo público. E é na mesma perspectiva que se situa a criação do espaço da análise crítica do jornal:

“Nessa linha de Jornalismo Público, há preocupação com a qualidade do conteúdo produzido pelo jornal. Na época de lançar o projeto seria importante ter a figura do ombudsman para que ele pudesse nos ajudar a manter o padrão de qualidade do jornal; porque o ombudsman tem a função de analisar e criticar a produção, apontando os erros e os acertos também. E isso serve para a gente e para a equipe de jornalista como um norte para saber onde a gente está errando e acertando. Então a figura do ombudsman surge com esta preocupação. É oferecer ao leitor um conteúdo de qualidade”  
(Eloir Rodrigues, apud BORCEZI, 2008, p.105).

Rodrigues detalha, na mesma entrevista, os critérios do JM na escolha de profissional para fazer a crítica no espaço ombudsman.

“Primeiramente a pessoa tem que ter formação e autoridade acadêmica para avaliar, julgar e observar a produção. O segundo critério diz respeito à experiência, o convívio com a prática, porque a teoria e a prática do jornalismo são distintas. É importante que o ombudsman seja alguém que conheça as dificuldades, os constrangimentos da produção diária. O terceiro ponto é o bom sen-

so, é o que vai estabelecer o equilíbrio na hora de julgar entre a teoria e a prática. O jornal produz conhecimento, mas também é uma empresa que nem sempre vai conseguir atingir 100% de fazer um jornalismo totalmente isento e plural. É preciso desse bom senso para avaliar o jornal” (Eloir Rodrigues, apud BORCEZI, 2008, p.105).

#### **4. Experiência pioneira de crítica jornalística diário no Paraná**

Ao apresentar proposta editorial do JM em agosto de 2007, norteado na perspectiva de um jornalismo público, assumidamente voltado aos interesses da comunidade, a função do ombudsman é vista como um diferencial no projeto, com espaço para análise da produção jornalística cotidiana, através da edição semanal de uma coluna (inicialmente de meia página standard).

O ineditismo da proposta para o jornalismo comercial no estado gera expectativas, mas também desafios ao grupo de jornalistas, diretores e ao profissional responsável pela crítica. A rápida interação – por e-mail, telefone, carta ou mesmo conversa presencial – com leitores, profissionais da área e representantes de diversos setores da comunidade local legitima a proposta de análise crítica do jornal e amplia o espaço da coluna. A partir da terceira semana, o ombudsman passa ocupar praticamente uma página inteira na edição dominical. O jornalista responsável pela coluna, entretanto, não ficaria em tempo integral na redação do JM, uma vez que tinha outros compromissos profissionais (professor, dirigente sindical, dentre outros envolvimento).

Até aquele momento, setembro/2007, apenas jornais e produtos laboratoriais de cursos de Jornalismo e alguns poucos produtos segmentados mantinham espaço de análise regular e sistemática de produção em todo o estado do Paraná. A primeira edição da coluna apresenta os elementos da análise e os critérios editoriais da crítica semanal. O texto inaugural da coluna (02/09/2007), para além de apresentação autoral, indicava as bases que iriam orientar a análise semanal da produção jornalística do JM. São as características do jornalismo contemporâneo, discutidas nas faculdades e explicadas por diversos pensadores da área, que marcam o fazer jornalístico: atualidade, universalidade, interesse público, proximidade, pluralidade de fontes, objetividade (no modo de dizer) apresentar a notícia. O ombudsman do JM não teria um manual, mas uma base conceitual norteadora de uma perspectiva do jornalismo como um recorte de temas socialmen-



te relevantes com impacto nos interesses da população (público-alvo), de acordo com o conceito de jornalismo público (TEIJEIRO, 2000).

A explicação da linha editorial do JM está identificada no texto do projeto, discutida em diversos locais, apresentada na fase inicial da reforma do periódico.

“O Jornal da Manhã irá pautar a sua linha editorial pelo conceito do ‘Jornalismo Público’. Trata-se de um conceito surgido ainda na década de 50, nos Estados Unidos, mas que tem ganhado espaço em todo o mundo, justamente por seu compromisso com a cidadania. Mais do que pautar a discussão sobre temas de interesse do público, esse tipo de jornalismo procura propor soluções para os problemas das comunidades. Ou seja, os meios de comunicação vão além da tarefa de meramente informar ou retratar a realidade. Há uma preocupação em intervir na realidade. E essa intervenção ocorre de diversas maneiras. Uma delas é através do agendamento temático direcionado. Isto é, direcionando as pautas para temas de amplo interesse coletivo. Outro mecanismo é o engajamento. Há um envolvimento maior do jornal e do jornalista com as causas da comunidade. E é aí que surgem as bandeiras em defesa dos projetos da cidade, da região, do Estado e do País” (JM, 2007).

O espaço ocupado passa a contar, a partir da terceira edição, com uma página semanal (em formato standard), ampliando interações com leitores, internautas e jornalistas, que logo usam o espaço para funções que extrapolam a crítica pontual da produção jornalística do periódico. Aqui vale como exemplo as frequentes sugestões para o ombudsman cobrasse do prefeito e dos vereadores para resolver o problema das filas em postos de saúde no município. Naturalmente, não era esta função da crítica de mídia, o que era frequentemente apontado na indicação dos limites do ombudsman, que deveria focar na análise da produção jornalística e, sim, eventualmente, sugerir temas para pautas, na medida em que tais demandas vinham de leitores do diário.

Poucas semanas após o lançamento do espaço ombudsman, a participação de leitores, internautas e colaboradores ganha fôlego e expressão, criando uma rede (informal) de diálogo sobre a função do jornalismo na escolha de temas, fontes e modo de abordar os problemas sociais.

Em entrevista para a jornalista Daniela Borcezi, o diretor do JM, Eloir Rodrigues faz uma avaliação da proposta da coluna de crítica do periódico, logo após o lançamento do projeto.

“No começo, pelo fato de não haver ombudsman, muita gente indagava dentro da redação e também de outros veículos. ‘Como vocês permitem fazer um ne-

gócio deste, abrir espaço para o cara fala mal de vocês’. Ou seja, mesmo os jornalistas que não estavam muito acostumados com as críticas e mesmo o leitor se espantaram com a proposta, porque não estão acostumados ver um jornal abrir espaço para ser criticado. Muita gente às vezes manda comentários para o jornal achando que não vai ser publicado. Mas nós temos uma visão totalmente contrária, até porque nós temos o projeto ‘Vamos Ler’, que trabalha justamente na linha da educação para formar cidadãos críticos no próprio jornal. Então, como a gente tem iniciativa de fazer um projeto deste e não abre espaço o leitor nos criticar. O ombudsman vem legitimar o espaço da crítica no próprio jornal” (Eloir Rodrigues, apud BORCEZI, 2008, p.106).

A rápida adesão de leitores, representantes de diversos segmentos e setores da sociedade ao projeto de um jornalismo público do JM gera uma receptividade e interesse na cidade e região. A expectativa por um jornalismo livre de velhas amarras e vínculos políticos e econômicos dava sinais de um outro tempo ao jornalismo regional. O JM foi, assim, bem recebido pela proposta de uma cobertura plural e voltada ao debate de problemas sociais, que raramente encontravam espaço até então na produção jornalística.

Logo, diversos leitores e leitoras identificam no ombudsman um espaço para cobrar solução a problemas de gestão pública. Ausência de ciclovias, falta de vaga em creche nos bairros, dificuldade no atendimento à saúde, transporte coletivo precário, falta de água e esgoto a céu aberto em comunidades distantes da área central são os problemas que mais habitualmente chegam ao e-mail do ombudsman, acionam telefone celular ou lembranças em conversas presenciais. O cardápio temático não varia muito ao longo dos primeiros 12 meses de manutenção da coluna ombudsman. Por consequência, são esses temas que tencionam a leitura analítica, quando são (ou não) pautados pelo JM.

A preocupação com as fontes, muitas vezes as mesmas e viciadas, majoritariamente oficiais e com pouca margem de pluralidade ou de trazer ao debate versões de setores diretamente afetados pelos problemas da pauta também chamam atenção do ombudsman.

Ao longo das primeiras 12 semanas, a coluna foca em questões pontuais, cobrando a escolha e a origem da pauta, definição das fontes ouvidas, tempo de apuração, checagem dos dados obtidos por terceiros, a importância que o jornal atribui a determinados acontecimentos em detrimento de outros, comparativamente aos concorrentes, a escolha da imagem publicada para retratar/informar temas da edição.

Em um segundo momento, a preocupação com os atores (políticos, principalmente) que mais aparecem nas páginas do jornal passa a fazer parte da análise do ombudsman, considerando ainda três aspectos presentes na produção: problemas estruturais do jornal (primeiro), a expectativa de leitores/moradores de que ombudsman poderia ajudar na cobrança coletiva (segundo) e tarefa de explicar ao leitor o modo de organização jornalística (terceiro). Em relação ao primeiro aspecto, era necessário ponderar na análise que os profissionais tinham pouco tempo e mesmo condições técnicas para atender orientações de garantia a uma produção jornalística plural, tecnicamente apurada e equilibrada: dificuldade de deslocamento para cobertura dos fatos noticiados, ouvir outras fontes para balançar versões oficiais, tempo hábil para verificar informações recebidas ou impressões da realidade, em especial diante de tantas matérias que cada repórter deveria fechar no dia anterior da edição.

Tais ponderações, entretanto, não autorizavam a silenciar sobre problemas habituais que marcam a apuração, checagem e descuidos com as orientações de um jornalismo voltado aos interesses coletivos, por exemplo. Esse e outros aspectos passam a tensionar a percepção crítica que jornalistas têm e reagem às críticas do ombudsman, ao mesmo tempo em que desafiam aos cuidados no fazer jornalístico cotidiano.

Em vários momentos, as avaliações do ombudsman reverberam para outros espaços do diário, envolvendo leitores e inclusive jornalistas ou editores do jornal, configurando que a crítica, longe de ser consensual, opera como um “campo polêmico” para usar uma expressão do francês Maurice Mouillaud (2012; p. 12).

Havia outras demandas, como a expectativa de leitores não jornalistas, que viam na coluna um espaço para contestar descasos da administração pública local. Contudo, a função de ombudsman também não poderia resolver o problema, uma vez que o limite da crítica jornalística se deve ao foco na abordagem – com as mesmas características e técnicas que orientam a produção, pauta, agenda e apuração editorial cotidiana. E, assim, a coluna passa também a dialogar com problemas latentes, indicando desafios jornalísticos na cobrança de temas socialmente relevantes e que, portanto, poderiam pautar a cobertura do jornal.

É a lógica da “agenda pública”, defendida por McCombs (2009, p. 43), ao formular a *agenda setting* ou teoria da agenda. Trata-se de uma justificativa do jornalismo

como produto da realidade social para focar temas presentes no cotidiano dos moradores e leitores do jornal. Na prática, considera-se um dos pilares do conceito de jornalismo público como eixo norteador de coberturas e campanhas de interesse comunitário.

A análise da coluna vai se tornando mais complexa e também encontra resistência e questionamentos por parte de setores que tradicionalmente veem a mídia local como espaço para se legitimar como agentes que controlam a vida social, o dinheiro do contribuinte, seja pela administração pública ou por gestores de grupos privados. Atores estes que, em geral, se beneficiam diretamente da lógica que mantém a desigualdade social. A estes, de um modo geral, pouco interessa um jornalismo plural e focado em pautar temas que tencionam os problemas sociais. O ombudsman também não passaria ileso às contradições seculares que atravessam a vida social.

E, por fim, a última adaptação no modo de apresentar as críticas diárias: o ombudsman passa a incluir frases e preocupações editoriais (‘máximas’) ao final de cada edição da coluna. Esta técnica se torna regular nos últimos dois meses do ano (a partir de junho/2008). Nas últimas edições da coluna da gestão 2007/08 do ombudsman tais ‘máximas’ são apresentadas – em diagramação de ‘olho’ ou frase-destaque – como uma série de “Mandamentos do Jornalismo Contemporâneo”. Não se trata de qualquer novidade, mas apenas uma forma didática de dizer coisas simples para que leitores e leitoras pudessem entender algumas das incontáveis orientações ou dicas do fazer jornalístico contemporâneo.

A nomeação de “mandamentos” foi apresentada como escolha editorial do ombudsman. “Manterás um compromisso de fidelidade e respeito com teu leitor, oferecendo, a cada dia, outros olhares sobre a vida cotidiana, mantendo autocrítica, capaz de aperfeiçoar o produto apresentado ao público”, diz o texto apresentado pelo ombudsman como uma série de ‘Mandamentos do Jornalismo Contemporâneo’ (Ombudsman JM, 31/08/2008). Na edição do domingo anterior (24/08/2008), o ‘mandamento’ apresentado foca no desafio da narrativa: “contarás uma história, de forma inédita e criativa, com as diferentes maneiras de entender um fato e garantindo a expressão da pluralidade social. Só assim, terás um leitor”, diz o texto. A estratégia do então ombudsman foi utilizada como técnica de explicação didática ao leitor do funcionamento e organização do fazer jornalístico.

A avaliação do ombudsman, no encerramento de 12 meses no exercício da função, foi publicada na coluna do JM, página 2, edição de 31/08/2008: “No momento em que o espaço Ombudsman completa um ano, vale lembrar que, a cada semana, sobrava texto e comentário a fazer. O que no início parecia complicado, aos poucos foi se tornando simples e fácil para fechar a página 2 (versão impressa) do JM, equivalente a 8.500 caracteres por semana”, informa. E, ainda, uma explicação ou justificativa:

Aos leitores que não respondi ou não fiz qualquer referência de mensagens recebidas, resta justificar: tudo o que chegou ao Ombudsman – seja por e-m, fone ou conversa pessoal – com relevância social e interesse público, envolvendo modos de trabalhar jornalisticamente, foi publicado. Não se pode dizer o mesmo de questões sobre interesse privado, aspectos particulares ou mesmo eventuais ataques pessoais, que jamais usei deste espaço para responder. Afinal, em sua reforma editorial (agosto/07), quando o JM cria a figura Ombudsman, a orientação de fazer um Jornalismo Público também pauta a produção da Coluna” (OMBUDSMAN JM, 31/08/2008, p.2).

Ao avaliar os 12 meses de implantação da coluna ombudsman do *Jornal da Manhã*, a interação com leitores e moradores foi identificada como um diferencial no exercício e reconhecimento do espaço de crítica do diário.

“Ao longo de 12 meses, o leitor encontrou, na coluna Ombudsman, uma análise crítica da produção e dos modos de fazer jornalismo do JM. A proposta, inédita no acompanhamento de um jornal diário no Paraná, criou um clima de preocupação, ao menos por parte dos profissionais que passaram a ver na Coluna um espaço de 'leitura' atenta e cuidadosa do que era publicado no Jornal. O leitor (ou leitora), que aos poucos foi se familiarizando com a proposta, deu retorno ao trabalho do Ombudsman. Em vários momentos, quando era questionado – na rua, shopping, universidade, bar e outros espaços de circulação pública – sobre o significado da função, para além da cobrança, sempre saudável, era possível constatar um reconhecimento e adesão ao projeto editorial JM” (OMBUDSMAN JM, 31/08/2008).

## 5. Apontamentos conclusivos

A citação de Walter Benjmain, na epígrafe que abre o texto, ilustra uma preocupação atual que envolve um dos desafios da crítica cultural e que, aqui, vale para pensar a crítica de mídia no jornalismo cotidiano. “Em vez de oferecer sua opinião, um grande crítico permite que os outros formem suas próprias opiniões com base na análise crítica do que ele produz”, diz Benjamin. E, continua o filósofo alemão, a “definição da figura do crítico não deve ser um assunto particular, mas, na medida do possível, um assunto

objetivo e estratégico”. Como resolver isso? Transparência, se considerar as palavras deste início de século. “O que devemos saber sobre um crítico são os valores que ele defende. Ele deve nos dar essa informação”, afirma (apud EAGLETON e BEAUMONT, 2010; p.12).

A breve história da crítica de mídia no jornalismo paranaense – única experiência registrada em jornal diário do Estado – ainda carece de publicações que discutam a importância e contribuição da ‘temporada de autocrítica’ em torno do surgimento, manutenção e extinção da coluna (e blog) de análise cotidiana do *Jornal da Manhã*, registrada entre setembro de 2007 e março/2011. A justificativa da direção do JM para a (silenciosa) extinção da coluna ombudsman foi apresentada como “redução de custos” para a jornalista que, na ocasião, era responsável pela análise do jornal, Vanessa Zappia.

Como indicam registros e bibliografia da área, a atividade produção jornalística sempre foi e é polêmica, mediada por diversos interesses e tensões, que vão da linha editorial, escolha da pauta, apuração, formatação do produto (notícia ou reportagem), consumo, leitura e reação de leitores, além do sentido social de circulação junto a setores da gestão pública, direta ou indiretamente atingidos. E, portanto, previsível que a criação e manutenção de espaço regular de crítica pelo próprio veículo gera os mais variados entendimentos e também questionamentos.

Pela proposta do JM em 2007, norteada pelo jornalismo público, o espaço de busca de interação frequente e de formação da opinião pública, voltada aos interesses coletivos, foi sem dúvida uma experiência – ainda que registrada em cerca de cinco anos, considerando duração do espaço ombudsman – rica, plural e ousada na região dos Campos Gerais e também no estado do Paraná.

A manifestação de leitores e moradores da cidade e região, no período de duração da coluna ombudsman, de acordo com dados do e das responsáveis pela crítica, confirmam a existência e retorno participativo de diversos atores de variados setores sociais, seja com dúvida, questionamento, contestação ou eventuais comentários em torno do que o jornal indicava como meta e o que efetivamente conseguia levar aos leitores através da cobertura cotidiana.

A constatação de que das diversas experiências de ombudsman apenas dois diários brasileiros (*Folha de S. Paulo* e *O Povo*) mantêm o espaço regular de crítica ainda

precisa ser melhor compreendida e explicada, uma vez que a ousadia de criar e manter autocrítica da própria produção é considerado uma referência e indicador de transparência de gestão frente ao leitor e demais atores sociais no mundo contemporâneo. Mas este é outro debate!

## Referências

ABREU, Alzira Alves de. “Repórter também é leitor”. In: **Revista de Jornalismo ESPM**. São Paulo: ESPM SP, Ju/Dez. 2017. Nº 20, Ano 6. Pp: 20-23.

BORCEZI, Daniela. **Os vigilantes também são vigiados**: o papel do ombudsman nos jornais brasileiros. Ponta Grossa: UEPG, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo UEPG.

BRANDIMARTE, Vera. “Fisgado pelo jornalismo”. In: MOLINA, Matías M. **Os melhores jornais do mundo**: uma visão da imprensa internacional. Rio de Janeiro: Globo, 2007. Pp: 6-9.

COSTA, Caio Túlio. **Ombudsman: o relógio de Pascal**. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Geração, 2006.

EAGLETON, Terry e BEAUMONT, Matthew. **A tarefa do crítico**. São Paulo: Unesp, 2010. Tradução de Matheus Corrêa.

FOUCAULT, Michel. “**O que é a crítica?**” In: *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, nº2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). “Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*”. Tradução de Gabriela Lafetá Borges e revisão de wanderson flor do nascimento. Disponível em <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf> Acesso em 20/06/2018.

GUERRA, J., ROTHBERG, D. e MARTINS, G. L. (orgs). **Crítica do Jornalismo no Brasil**. Covilhã, Portugal: UBI, 2016. Disponível em [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201612291659-201618\\_criticajornalismo\\_jguerra.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201612291659-201618_criticajornalismo_jguerra.pdf) Acesso em 30/11/2017.

JORNALISMO Público como missão. Entrevista com Eloir Rodrigues ao blog Andar da Crítica (**II Ciclo de Debates sobre Jornalismo** – 29/09/2008). Curitiba: Unibrasil, 2008. Disponível em <https://andardacritica.wordpress.com/2008/09/28/jornalismo-publico-como-missao/> Acesso em 30/11/2017.

MAGALHÃES, Mario. “Despedida”. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, 06/04/2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om0604200801.htm> Acesso em 30/10/2017.

MOLINA, Matías M. **Os melhores jornais do mundo**: uma visão da imprensa internacional. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

MOUILLAUD, M. e PORTO, S. D. (orgs). **O jornal: da forma ao sentido**. 3ª. Ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **The Spectator, O teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII.** São Paulo: Hucitec, 1995.

SCHUDSON, Michael. “Mais e melhor”. In: **Revista de Jornalismo ESPM.** São Paulo: ESPM SP, Ju/Dez. 2017. Nº 20, Ano 6. Pp: 12-13.

TEIJEIRO, Carlos Alvarez. **Comunicación, Democracia Y Ciudadanía: Fundamentos teóricos del Public Journalism.** Buenos Aires: La Crujia, 2000.